



Categories e sindicatos sofrem ataques

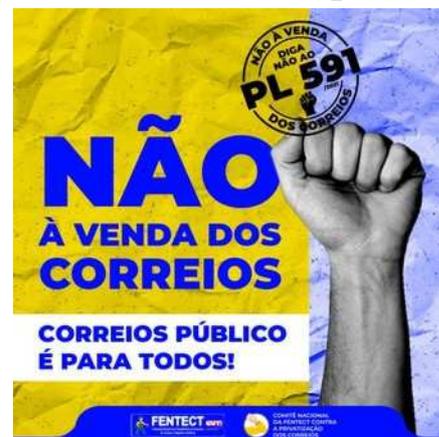
Desde 2017, quando Michel Temer, junto com a maioria da Câmara dos Deputados, mudou a CLT e criou a reforma trabalhista, os trabalhadores vêm sofrendo ataques sistemáticos. Ano a ano, estamos perdendo direitos trabalhistas e as proteções que tínhamos. Quando acabaram com o imposto sindical, na reforma trabalhista, muitos vibraram, porém, ali, foi o início do fim de nossa mais importante proteção. Com a diminuição do poder de atuação dos sindicatos, diminuíram os nossos direitos e o nosso poder de reação.

Hoje, os dirigentes sindicais estão sendo cassados pelo governo e, nos Correios, pela atual gestão, há demissões e processos administrativos que tentam intimidar a atuação dos sindicatos. O Sindicato não pode mais estar presente nas unidades para fazer as setoriais e, assim, orientar os trabalhadores. Até a panfletagem e a presença do lado de fora das unidades estão sendo proibidas por alguns gestores intransigentes, que ainda tentam aplicar um processo administrativo naqueles que param para ouvir os diretores do Sintect/JFA.

A diminuição dos trabalhadores ecetistas, seja através dos inúmeros PDIA's, trabalhadores que saem dos Correios por não aguentar mais a carga de trabalho, ou por demissões por justa causa, está enfraquecendo o poder econômico do Sindicato e, com isso, abatendo o seu poder de atuação e de defesa dos nossos direitos. Não temos mais o imposto sindical, não temos mais o desconto assistencial e não temos mais a contribuição de muitos trabalhadores que saíram ou se aposentaram.

Ninguém lutará ou financiará a nossa luta. Se quisermos continuar com nossos direitos ou até mesmo com nossos empregos temos que ter a consciência de que precisamos de um Sindicato e uma Federação fortes. Dessa forma, seremos bem representados para lutar contra a privatização.

A Federação está fazendo uma campanha de arrecadação de fundos para combater a privatização. A ideia é, através da arrecadação, vincular um comercial de TV em uma grande emissora explicando os malefícios da privatização para a população. Para isso, precisamos de recursos, pois não é barata tal



ação. Contamos com a participação de todos os trabalhadores da ativa e aposentados. A FENCTEC está pedindo um PIX de no mínimo R\$ 30,00 de cada trabalhador para aumentarmos a luta contra a privatização.

PIX: CNPJ 03.659.034/0001/80
BANCO: Caixa Econômica Federal
Agência-002 Operação-003 Conta- 3876-3

Esses são os dados para fazermos a nossa parte, lembrando que a Federação irá prestar contas dos valores arrecadados. Além disso, temos que cobrar dos nossos deputados e senadores o posicionamento contra a privatização.

Sindicato encaminha ofício para que ecetistas sejam vacinados com prioridade

Os diretores do Sintect/JFA, Reginaldo de Freitas e Alexandre Andrade, estiveram na Secretaria de Saúde de Juiz de Fora, no último dia 18, sendo recebidos pela subsecretária, Ana Luíza, e pelo assessor, Fernando Eleotério.

Na oportunidade, encaminhamos uma reivindicação da categoria, através de um ofício, buscando sensibilizar o executivo da necessidade de inserir nossa categoria no grupo de prioridades para a vacinação, com base na afirmativa e na realidade dos Correios, uma vez que em toda a pandemia os trabalhadores e trabalhadoras continuaram com suas atividades, aproximando pessoas e encurtando distâncias, em todo o momento, correndo o risco de infecção e, potencialmente, transmitindo, uma vez que a atividade tem relacionamento com clientes

remetentes e destinatários. Há sempre em nossa atividade trocas de objetos, como entrega e recebimento de recibos, e empréstimos de canetas, possibilitando uma possível contaminação.

Falamos à Ana Luíza e ao Eleotério nossas apreensões, uma vez que tivemos vários companheiros e companheiras contaminados, transmitindo aos familiares, bem como outros que, no desenrolar das atividades, mantiveram contato com o vírus da Covid. Assim, a preocupação nos assalta e recomenda que busquemos solução para solucionar esse problema que tanto aflige nosso povo.

O nosso ofício foi entregue e a subsecretária se comprometeu com o camarada Eleotério em fazer que chegue à Prefeita. Assim, estamos no aguardo.



Da esquerda para a direita, Fernando Eleotério, Reginaldo de Freitas, Ana Luíza e Alexandre Andrade

Editorial Ecetistas enfrentam o descaso da empresa

Companheiros e companheiras,

A irresponsabilidade e o descaso de alguns gestores e da Sesmet (Superintendência-MG) com a vida e a saúde do trabalhador (a) da base do Sintect/JFA continua inalterado. Mesmo antes da pandemia, já havia esse descaso, agravando ainda mais com todo esse processo que vem assolando a humanidade.

Por mais que o Sindicato adotasse uma postura de combate e de cobrança contra a forma de prevenção da empresa, através de protocolos que não atingiam de fato a proteção do trabalhador (a), também não encontramos apoio de algumas prefeituras e, muito menos, da Justiça e do próprio Ministério Público do Trabalho. E por não encontrar resistência e até mesmo punições por parte dos órgãos oficiais, a empresa nada de braçada, impondo toda a forma de sacrifícios a todos os trabalhadores (as) que se encontram na linha de frente, colocando jornadas extenuantes, cobrando horas extras, convocações em domingos e feriados, não respeitando o limite que cada trabalhador (a) tem, expondo-os a todas as formas de fadigas e medos. O que temos que deixar bem claro é que a direção da empresa, comandada por um antinacionalista, sempre se negou a ouvir as representações dos trabalhadores (as). E aqui denunciamos de forma clara e contundente que nem

as diretrizes que ela própria criou, através de seus protocolos contra a Covid-19, estão sendo cumpridas, como o fechamento e a desinfecção dos locais onde houve contágio e, por conseguinte, o afastamento em trabalho remoto dos demais trabalhadores (as) que tiveram contato com os infectados.

Infelizmente, recebemos a triste notícia, em 26 de maio, do falecimento do companheiro, Joselito Cipriano, do CDD/Cataguases, depois de contrair a Covid-19, assim como já aconteceu com mais nove trabalhadores, da mesma unidade, que se infectaram. O que nos deixa revoltados são as mentiras e as formas como alguns gestores maquiavam as informações de que os procedimentos legais, quanto à desinfecção e ao afastamento dos envolvidos, estão dentro do previsto, sinalizando que a vida dos trabalhadores (as) e de seus familiares não importa. O que importa é olhar para seus umbigos, mantendo as suas polpudas funções a mando de um líder intransigente.

Fato que não podemos deixar de registrar foi a atuação do Sindicato e dos trabalhadores do CDD/Cataguases quanto à desinfecção e à colocação em trabalho remoto de todos os trabalhadores (as), através do apoio da vigilância sanitária do município de Cataguases, que fechou a unidade e

fez uma verdadeira desinfecção do local, e não a desinfecção esdrúxula que a GERAE insiste em fazer.

A todos os companheiros (as) da AC/CDD/Cataguases, nossos sentimentos pela perda do companheiro Joselito, como também a toda sua família. Que o passamento dos companheiros Deusdedith, do CDD/Ubá, e Joselito, do CDD/Cataguases, possa modificar essa realidade para que a GERAE/JF tome as atitudes corretas e respeite a vida de todos, sem distinção.

A direção



Jurídico

por Sandro Tavares, assessor jurídico do Sintect/JFA

Revisão do FGTS dos trabalhadores dos Correios

O Sindicato, desde 2019, antes do ato da prescrição, ajuizou com ação perante a Justiça Federal cobrança à revisão na taxa de correção monetária dos depósitos do FGTS de cada um dos trabalhadores dos CORREIOS. A ação judicial atenderá a todos os trabalhadores, pois o Sindicato atua na qualidade de substituto processual de cada um, e assim, em caso de vitória, todos os trabalhadores lotados na base territorial do Sindicato terão direito a correção nos seus depósitos do FGTS.

Ocorre que a taxa aplicável à remuneração básica dos depósitos de poupança desde 1991 é a Taxa Referencial - TR, que, conforme já decidido no STF, não é índice de correção monetária (ao passo que não reflete a inflação do período), mas sim juros remuneratórios.

Dessa forma, desde 1991, a Caixa Econômica Federal deixou de aplicar índice de correção monetária às contas de FGTS, aplicando apenas os juros remuneratórios consistentes na taxa referencial acrescida dos juros legais previstos na legislação do FGTS.

De outro lado, tendo em vista que a TR não reflete a inflação, e que desde 1999 se encontra progressivamente abaixo dos índices inflacionários, com diferença de até 6% ao ano, a utilização dos

índices da TR como índice de correção monetária vem causando sérios prejuízos ao trabalhador desde 1999, porquanto está gerando uma defasagem nos saldos das contas do FGTS, eis que não possui o condão de manter o poder aquisitivo da moeda.

Portanto, o Sindicato ajuizou duas ações perante a Justiça Federal de Juiz de Fora cobrando a revisão nos depósitos do FGTS de todos os trabalhadores de sua base territorial:

- Revisão na forma da correção monetária do FGTS da TR para outro índice;
- Revisão dos expurgos inflacionários dos planos econômicos Collor I e II.

Cláusula 76º do Acordo Coletivo de Trabalho

Cláusula 76 – INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ PERMANENTE A Empresa indenizará o(a) empregado(a) ou seus dependentes legais, no caso de morte ou invalidez permanente, na importância de R\$ 137.755,81 (cento e trinta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos), em consequência de acidente de trabalho, assalto e/ou roubo, nas Unidades de Atendimento e/ou Operacional ou no percurso.

§1º Enquanto o(a) empregado(a) estiver percebendo o benefício por acidente de trabalho, pelo INSS, decorrente do evento previsto no caput, sem definição quanto à invalidez permanente, a Empresa complementarará o benefício previdenciário até o montante do salário da ativa, inclusive o 13º salário, salvo se a complementação for paga por outra entidade, vinculada ou não à Empresa.

§2º No caso de assalto a qualquer das Unidades de Atendimento e/ou Operacional ou no percurso,

todos os(as) empregados(as) envolvidos(as) terão direito a atendimento médico logo após o ocorrido, e será feita comunicação à CIPA e abertura de CAT. §3º O benefício previsto no caput aplica-se apenas aos casos ocorridos a partir da vigência do presente ACT.

§4º O valor da indenização será abatido em caso de eventual condenação judicial decorrente do mesmo fato.

§5º Poderá ser contratado seguro de vida em substituição à indenização do caput, desde que o benefício tenha valor equivalente, mantida a mesma cobertura.

Caros trabalhadores e trabalhadoras ecetistas, chamo a atenção dos senhores e senhoras para a redação da cláusula 76, na qual há indenização, no caso de invalidez permanente, na importância de R\$137.755,81 (cento e trinta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos), em consequência de acidente de trabalho, assalto e/ou roubo, nas Unidades de Atendimento e/ou Operacional ou no percurso. Todo trabalhador que sofreu a partir de 2014 acidente do trabalho enquanto no desempenho das funções e atividades, e após isto, aposentado por invalidez, devido à incapacidade definitiva e permanente, faz jus ao recebimento da respectiva indenização da cláusula 76º do ACT.

Outra hipótese que temos de levantar: TODO ECETISTA QUE RECEBEU A PARTIR DE 2014 AUXÍLIO DOENÇA POR ACIDENTE DO TRABALHO PODE TER DIREITO À REVISÃO DO VALOR QUE LHE FOI PAGO, eis que a empresa dos CORREIOS deveria complementar o valor pago pelo INSS e POSTALIS, à remuneração da ativa.

Portanto, convocamos todos os trabalhadores que estiverem nessas situações a procurar o Jurídico da entidade.

Vamos lutar contra a privatização e venda dos Correios

Trabalhadores (as) da base do Sintect/JFA, estamos na luta contra a privatização e venda dos Correios. O PL 591/21 tramita em regime de urgência na Câmara, sem discussão com os trabalhadores através de sua Federação, associações, parlamentares e população. É preciso, urgentemente, que todos os trabalhadores se insiram na luta contra o projeto, havendo ainda o PL 7488/17, que trata da quebra do monopólio, contra o trabalhador na garantia de nossos empregos. Privatização e demissão andam juntas. É só pesquisar sobre as últimas privatizações no Brasil, como as empresas de telefonia e a Vale que foram entregues de graça.

Sabemos que o PL 591 tem muitas lacunas sobre o que é transição saudável de público para privado. Atendemos 5.570 municípios, sendo os Correios um braço direito do próprio governo nesses municípios. Dentro da grande universalização, tem uma despesa de quatro a seis bilhões de reais e uma isenção de mais ou menos dois bilhões de reais. Mas essa diferença de quatro bilhões fica como responsabilidade da empresa, garantindo, a todos, os Correios em seus lares, por mais longe que sejam. Os correios americanos, por exemplo, têm quase 600 mil funcionários e o governo do país investe no serviço postal. Para os Correios brasileiros está projetado um lucro de R\$1,5 bilhão, isso sem depender de um centavo do governo. Pelo contrário, os Correios, em suas atribuições, é também o

operador logístico da educação, com FNDE e entrega de livros, e da saúde, em várias situações, como transporte de remédios e órgãos.

Em 2016, tínhamos 128 mil trabalhadores e hoje temos cerca de 92 mil. Isso porque não há concurso público desde 2011 e PDIs, não havendo reposição de vagas. Também fazemos parte do serviço essencial e não estamos na prioridade da vacina, já tendo perdido vários companheiros para a Covid-19. Estamos visitando cidades, participando de lives e videoconferências, temos representantes no Comitê Contra a Privatização. Precisamos de que os funcionários façam o depósito na conta virtual PIX: CNPJ 03.659.034/0001/80, BANCO: Caixa Econômica Federal, Agência-002 Operação-003 Conta- 3876-3, para ajudar nossa Federação a fortalecer ainda mais nossa defesa contra a privatização e venda dos Correios.

Privatizando, a iniciativa privada não vai ser eficiente, atendendo todos os municípios, como fazem os Correios. Vai objetivar apenas o lucro. Os Correios brasileiros pertencem ao Estado, não ao governo. Hoje, já ocorre a concorrência, por exemplo, com Mercado Livre, Amazon, Fedex e outros. Mesmo com 28% de falta no quadro pessoal e um aumento de 44% nas encomendas, deve-se ressaltar que na maioria dos países o Correio é público. Contribuindo também, temos a Embraer que foi privatizada em 2019, já tendo prejuízo de R\$1,3 bilhão, e R\$1,6



bilhão em 2020, o que torna falácia afirmar que privatizar dá lucro. Atualmente, os Correios está em terceiro lugar na confiança da população, ficando atrás somente da instituição família e dos bombeiros.

Privatizando, não estarão garantidos os mesmos serviços à população. Por tudo isso que mencionamos, fazemos a convocação para que todos defendam os Correios público, 100% de qualidade e em defesa dos seus empregos. Nós, do Sintect/JFA, fazemos a convocação para todos compartilharem o não à privatização e venda dos Correios nas redes sociais, principalmente, nas redes dos parlamentares. Vamos juntos contra a privatização!

Por Geraldo França, diretor de Saúde



Notícias Sindicais

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região

Rua Marechal Deodoro, 447/301 – Centro – Juiz de Fora/MG – 36013-001

E-mail: contato@sintectjfa.org.br

Tel: (32)3215-5318

Presidente: João Ricardo Guedes (Índio)

Jornalista Responsável: Munique Duarte

MTE 08.612 - imprensa@sintectjfa.org.br

Você sabia?

Não basta apenas discutir em redes sociais!

por Reginaldo de Freitas, diretor de Relações Sindicais do Sintect/JFA

Companheiros e companheiras, o tema sobre a privatização dos Correios não é novo. Datam da época do governo FHC as discussões iniciais. Assim, desde então, lutamos contra esses abutres neoliberais que buscam, até o momento, a compra desta empresa secular.

Depois dos governos Lula e Dilma, e com o golpe na democracia com o “impeachment” da presidenta, o tema retorna com intensidade na Câmara Federal. O processo de privatização está muito forte e, para barrá-lo, necessitamos de uma mobilização ativa, nas ruas, com um diálogo franco com a população.

Não basta simplesmente uma discussão nas redes sociais. Temos que arregaçar as mangas e ir para os atos em praças, ruas, Câmaras Municipais; fazer pressão sobre os parlamentares com envios de cartas, cartões, e-mails, e agitação nas bases dos parlamentares. Estamos perto de perder nossos empregos, e não percebemos vontade de nossos

trabalhadores em ir à luta.

As Centrais têm chamado para atos e precisamos, vestidos com as nossas cores, portando faixas e banners contra a privatização, fazermos presença nesses movimentos. Não podemos perder a disputa. O Correio privatizado significa demissões em massa e um grande prejuízo para a população. Nesse sábado, dia 29 de maio, haverá, em todo o Brasil, manifestações contra esse desgoverno que privatiza e precariza todos os serviços públicos. O eixo do ato é amplo e é imprescindível que façamos presença, vestidos a rigor, com faixas de protesto.

O ato iniciará às 10h, com concentração no Parque Halfeld. Todo o protocolo será observado, com uso de álcool em gel e distribuição de máscaras.

Ecetistas, somente a luta barra a privatização!

Junte-se a nós!

Sindicalize-se!

ACESSE SINTECTJFA.ORG.BR

números de processos

ticket

vale cultura

informativos

contracheque

e muito mais

NÃO PERCA TEMPO!



Quem perde com a Reforma Administrativa?

Embora o Chile seja o país mais próspero da América do Sul, com um crescimento anual superior a 4% ao ano, por conta de um modelo liberal, não conseguiu uma justiça social, deixando desamparada uma parcela muito grande de sua população, inclusive, a população mais idosa. Com todo esse cenário, o aumento de 30 pesos (20 centavos de real), na tarifa de metrô, foi o estopim de um levante popular, que deu início a grandes manifestações. Mas, diferentemente do Brasil, em 2013, onde as manifestações foram orquestradas para derrubar uma presidenta legitimamente eleita, no Chile, essas manifestações exigiam mudanças no sistema econômico do país, onde o acesso à saúde e à educação é muito difícil para a grande maioria, baseado principalmente no setor privado, restringindo o acesso a uma minoria.

As manifestações deram ao Chile uma constituinte para elaborar uma nova constituição que será submetida ao voto popular. No Brasil, desde de 2017, estamos sofrendo com reformas (Reforma Trabalhista e da Previdência) ditas necessárias para a

geração de mais empregos e movimentação de economia. E vimos que não está sendo assim. Agora, tentam nos empurrar goela abaixo a REFORMA ADMINISTRATIVA, sem dialogar com os trabalhadores e suas representações. É uma reforma que divide a classe trabalhadora, retirando direitos e benefícios. Um exemplo claro é o fim da estabilidade, que é justamente o que blinda o servidor de influências políticas, não havendo mudanças a cada troca da chefia do executivo, levando à interrupção de funções essenciais à coletividade. E embora membros do atual governo acreditem que servidores públicos tenham muitos privilégios, o que não corresponde à verdade, essa reforma não atingirá os maiores salários. Quem perde com a reforma são os professores, médicos, carteiros, enfermeiros, assistentes sociais e etc. Que o Chile seja um exemplo para o povo trabalhador brasileiro. Sem o levante popular e a organização da classe trabalhadora, vai “passando a boiada”, e as reformas propostas vão retirando direitos e empobrecendo a classe trabalhadora.



Em 13 de maio de 1888, foi assinada a Lei Áurea, que daria a tão sonhada “liberdade” aos escravos da época. Mas como a Lei não veio acompanhada de políticas públicas de inclusão, ficou apenas no papel, como um sonho distante. Sem política que absorvesse a mão de obra escrava, o negro foi jogado à própria sorte, vivendo à margem da sociedade. Esse descaso nos trouxe à realidade atual. Somos obrigados a conviver diariamente com o racismo estrutural, com a falta de oportunidades e pouco ou nenhum acesso a serviços básicos, tais como educação, saúde e moradia de qualidade. A pobreza e a violência no Brasil têm cor. E essa

cor foi escolhida quando, ao assinar a Lei Áurea, tivemos alforria, mas não liberdade.

A Lei Áurea não nos deu dignidade, não nos tornou cidadãos. A grande maioria dos negros “libertados” não possuía acesso à terra para cultivar, não recebia qualquer tipo de indenização ou amparo do governo e geralmente era analfabeta, realidade que hoje mudou muito pouco.

Por tudo que nos foi negado, por tudo que ainda precisamos conquistar, o 13 de maio não é de comemoração, pois não há liberdade sem dignidade. Após 133 anos, ainda permanecemos escravos.

Não é o momento de se omitir

No Brasil dos dias atuais, vivemos tempos de propaganda e demonização dos sindicatos, com retirada dos direitos dos trabalhadores. Infelizmente, assistimos a trabalhadores caindo nesse discurso e jogando contra si mesmo, sendo enganados e manipulados por uma mídia mentirosa (fake news) que, por trás, são financiadas pelo governo e grandes empresários, buscando o lucro a todo custo. Vimos o quanto nós, trabalhadores dos Correios, perdemos no último acordo coletivo. A empresa se impôs e não quis, de forma nenhuma, negociar. Foram perdidas várias cláusulas conquistadas com anos de lutas e vimos, também, a tentativa de enfraquecimento dos sindicatos, retirando o direito de estarmos presentes nas dependências da empresa para conversar com os trabalhadores.

É necessário trazer à memória dos trabalhadores dos Correios a importância da consciência de classe e de quantas conquistas obtivemos através da luta, ou seja, nada veio de graça. Segundo o filósofo italiano, Norberto Bobbio, direitos não são dados, e sim conquistados. Hoje, sentimentos na pele o fruto da nossa omissão em não querer se discutir política e os interesses da nossa categoria. Somos quase 100 mil trabalhadores e nunca elegemos um deputado e, por ironia do destino, estamos nas mãos desses políticos para garantir nossos empregos.

Tem um ditado que diz “antes tarde do que nunca”. Assim, o momento é esse de nós, ecetistas, e principalmente aqueles que sempre foram omissos na luta de classe, sairmos da nossa posição de conforto e juntar forças para lutar contra essa covardia e perseguição que estamos sofrendo. Sabemos da nossa importância e valor para a sociedade. Não à retirada de direitos, não à privatização dos Correios e fora Bolsonaro.

*Por Alexandre Andrade,
diretor de Formação e Relações Sindicais*



~ SINDICALIZE-SE ~

Fortalecendo a luta, avançamos nas conquistas!